

Ata nº 47 / XIII / 2.ª SL

Aos vinte e sete dias do mês de Setembro de 2016, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiras, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1.ª Parte:

Audição da Senhora Embaixadora de Portugal na Namíbia, Isabel Brilhante Pedrosa.

2.ª Parte:

1. Informações gerais

2. Análise do Parecer do pedido de assentimento para as seguintes deslocações do Senhor Presidente da República - Projeto de Resolução n.º 468/XIII/2ª:

- de 25 a 27 de outubro, Visita de Estado a Cuba;
- de 27 a 30 de outubro, à XXV Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Cartagena de las Índias na Colômbia;
- de 31 de outubro a 3 de novembro, à XI Cimeira da CPLP em Brasília, Brasil.

3. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Transferência transatlântica de dados: restaurar a confiança através de garantias sólidas [COM\(2016\) 117](#)

- **Deputada Relatora:** Carla Cruz – PCP

4. Apreciação do relatório da participação do deputado Pedro Filipe Soares no Seminário Parlamentar Lusófono sobre a ratificação e implementação do Tratado sobre o comércio de armas, em Cabo Verde, de 18 e 19 de julho de 2016.

5. Distribuição de iniciativas legislativas e nomeação dos autores dos pareceres:

Proposta de Resolução n.º 20/XIII/2ª - Aprova o Acordo de Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Confederação Helvética (Suíça), por outro, sobre os Programas Europeus de Navegação por Satélite, assinado em Bruxelas, em 18 de dezembro de 2013.

Proposta de Resolução n.º 21/XIII/2ª - Aprova o Protocolo adicional à Convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina, relativo à Investigação Biomédica, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 25 de janeiro de 2005.

Proposta de Resolução n.º 22/XIII/2ª - Aprova o Protocolo Adicional à Convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina, relativo à Transplantação de Órgãos e Tecidos de Origem Humana, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 24 de janeiro de 2002.

Proposta de Resolução n.º 23/XIII/2ª - Aprova o acordo entre a República Portuguesa e a República da Moldava sobre Transportes Internacionais Rodoviários de Passageiros e Mercadorias, assinado em Lisboa, em 28 de maio de 2014.

6. Aprovação de Ata

- Ata n.º 44/XIII/2ª da reunião de 20 de setembro de 2016

7. Outros assuntos

Iniciados os trabalhos, dirigidos pelo Senhor **Presidente da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, foram dadas as boas-vindas aos Senhores Deputados presentes e lida a OD prevista para os trabalhos, em cuja primeira parte constava a audição da Senhora Embaixadora de Portugal na Namíbia, Isabel Brilhante Pedrosa.

1.ª Parte

Após ligeira interrupção para receber a Senhora Embaixadora, começou o Senhor **Presidente** por dar-lhe as boas vindas e agradecer a sua comparência perante a Comissão. De seguida,

após explicar a metodologia adotada para a audição, concedeu a palavra à convidada, para a sua alocução inicial.

Começou a Senhora **Embaixadora** por agradecer a oportunidade de estar presente perante a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, tendo saudado todos os Grupos Parlamentares nela representados, na pessoa dos respetivos Deputados. Contextualizando positivamente a Namíbia no seio africano, pela sua estabilidade política, económica e social, sublinhando o facto de, desde a sua independência, em 1990, ter conhecido processos eleitorais democráticos e pacíficos, possuindo, ainda, bons indicadores de desenvolvimento (17.º país do mundo em liberdade de imprensa, e 5.º país africano em “boa-governança”). Economicamente, cresceu 5% nos últimos 10 anos. Socialmente, a postura é de reconciliação nacional, sendo de realçar programas específicos nas áreas da saúde, educação e, mais recentemente, no combate à pobreza. Num país onde a terra continua a ser maioritariamente propriedade de namibianos de raça branca, discute-se presentemente a “Reforma da Terra” e o “*black empowerment*”.

No concernente às relações bilaterais, Portugal reabriu em 2011 a sua Embaixada criada logo em 1990 (e posteriormente encerrada). É notório um certo relançamento das relações bilaterais, onde o português figura como língua curricular no ensino, e a cultura aqui acrescentada preponderância, muito graças à recente descoberta de uma nau portuguesa em águas namibianas. Do ponto de vista estratégico a Namíbia é importante para os interesses portugueses na zona, dado encontrar-se entre Angola e a África do Sul, países com fortes comunidades portuguesas. Daí que se compreenda a forte aposta no português enquanto língua franca e de trabalho, e o facto de ser associado-observador no âmbito da CPLP. A comunidade portuguesa ali residente é significativa e bastante proactiva, motivo pelo qual se pretende fortalecer os serviços consulares, sendo expectável, no curto prazo, um incremento da diplomacia económica com previsíveis resultados no campo do investimento, por parte de empresas lusas.

De seguida, interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** que começou por saudar a Senhora Embaixadora, desejando-lhe as maiores felicidades, depois do excelente trabalho realizado na Venezuela e na Líbia. Perguntou que repercussões prevê para a Namíbia dada a difícil situação económica e social vivida em Angola e na África do Sul; como perspectiva a relação com a comunidade luso-angolana na capital (cerca de duas mil pessoas), designadamente, em termos de proteção consular; quais os projetos da Embaixada para o Centro da Língua Diogo Cão, considerando principalmente a sua localização e o facto de não ser de propriedade portuguesa; finalmente, qual é a presente situação de segurança dos portugueses, sabendo-se existirem algumas complicações.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** que igualmente saudou a convidada e lhe

desejou as maiores felicidades no seu desempenho. Salientou o caso peculiar da Namíbia no contexto da África austral, bem como a existência de diversos acordos com Portugal, designadamente no que respeita à língua portuguesa, cuja evolução tem sido surpreendente, até pela vizinhança com Angola. Perguntou, de seguida, quais as condições atuais de que podem dispor s empresários portugueses; quais as reais condições dos serviços consulares; e, relativamente ao caso da nau portuguesa, estando pendente a discussão sobre um tesouro nela descoberto, como vê a defesa dos interesses portugueses nessa questão.

Interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** que igualmente saudou a convidada, em nome do seu Grupo Parlamentar, desejando-lhe êxitos na jornada que vai iniciar. Perguntou se a situação económica em Angola pode influenciar negativamente a Namíbia; que perspectivas pode avançar no ensino do português neste último país; e finalmente, que condições de trabalho existem presentemente na Embaixada de Portugal em Windhoek.

Usou da palavra o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** para também saudar a convidada e endereçar-lhe votos de êxito na sua missão. Salientando a clareza e objetividade da exposição, identificou o turismo e a formação profissional como áreas exemplares de parcerias empresariais bilaterais. Perguntou sobre que áreas e oportunidades de investimento consegue identificar; em face da queda das relações comerciais bilaterais, que aconselhamento pode dar para inverter tal tendência; se os recursos humanos existentes nesta missão diplomática são suficientes.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** que, em nome do seu Grupo Parlamentar, saudou a convidada e agradeceu a clareza e objetividade da sua exposição.

Em resposta, referiu a Senhora **Embaixadora** que:

O projeto do ensino da língua portuguesa tem por base um Memorando de Entendimento de 2011 e do apoio à formação local de professores de português. Existem presentemente três professores no Camões, I.P. e cerca de 1900 alunos espalhados por 23 escolas, principalmente junto à fronteira com Angola. O grande interesse namibiano não é tanto o de vir, eventualmente, a ingressar como membro efetivo da CPLP, mas apenas o de potenciar os seus interesses económico-comerciais, por via da sua localização concreta. Entende que a Namíbia ainda não usou de todo o potencial que o estatuto de observador-associado da CPLP lhe poderia facultar. Até à recente crise em Angola, o grosso do fluxo turístico na Namíbia era de angolanos, os quais investiam no imobiliário situado na capital. Aduziu, ainda, que a maior dificuldade sentida pelo Centro da Língua resulta da sua localização nos subúrbios da capital, dado inexistirem transportes públicos. À parte tal circunstância, as instalações do Centro são excelentes.

Relativamente a questões de segurança, embora a criminalidade tenha aumentado, situa-se

em valores drasticamente inferiores aos registados na África do Sul. No decurso da primeira reunião do Conselho Consular, concluiu-se que a comunidade portuguesa não é visada.

Em termos de impacto financeiro, a desvalorização do rand leva à desvalorização do dólar namibiano, originando alguma flutuação cambial.

Quanto a opções e conselhos de investimento, registou em 2015 um aumento do fluxo comercial com Portugal (peixe congelado). A Namíbia é um mercado com 2,3 milhões de consumidores que faz parte da União Aduaneira da África Austral, podendo ser uma porta de entrada para os restantes países daquele espaço., sendo que, na sua opinião, o mercado namibiano só se ganha com presença no terreno. Por exemplo, a construção civil está dominada pelas parcerias sino-namibianas, e a GALP assinou recentemente contratos de concessão de dois blocos de exploração petrolífera. Em termos de banca, sinalizou que o BIC e o Banco Atlântico estão presentemente a operar na Namíbia.

Quanto à questão da nau portuguesa, descoberta em 2008, lembrou que Portugal havia invocado o Acordo UNESCO sobre património subaquático, privilegiando as abordagens científica e cultural e não a via meramente reivindicativa de património. Assim, foi assinado um Memorando de Entendimento em matéria de cooperação neste domínio. As moedas de ouro descobertas encontram-se em exposição, integradas num projeto de museologia implicando a sua integral catalogação, sob orientação do Professor Luís Filipe Tomás, desconhecendo pessoalmente se o valor do tesouro encontrado terá ou não o valor propalado de 11 milhões de euros.

Depois de sugerir a criação de um Grupo Parlamentar de Amizade, como medida de diplomacia parlamentar com efeitos previsivelmente positivos no relacionamento bilateral, referiu, a propósito das condições de trabalho consular, alertou para a existência de um único funcionário na Embaixada, à beira da reforma, contando esporadicamente com estagiários no âmbito da execução de diversos programas de intercolaboração. Referiu ter recentemente recebido autorização para contratar um assistente administrativo para o quadro externo, embora sinta dificuldades pelo facto de o salário oferecido ser demasiado baixo, ao nível do praticado para ingresso na carreira pública namibiana. Mesmo assim, conta suprir algumas necessidades pelo recurso às novas tecnologias de informação.

Terminada esta parte da sessão, o Senhor **Presidente** despediu-se da convidada, desejando-lhe, em nome da Comissão, os maiores êxitos profissionais nesta nova missão, sublinhando que Portugal não pode em circunstância alguma declinar do seu direito, internacionalmente reconhecido, a património que seja comprovadamente português, sendo que, por tal motivo, deve o Governo acompanhar atentamente os desenvolvimentos relacionados com a falado caso da nau portuguesa.

2.ª Parte.

Retomada a sessão, após um curto intervalo para acompanhar a Senhora Embaixadora ao exterior da sala, deu o Senhor Presidente seguimento à sessão, começando por dar as seguintes informações, no âmbito do **Ponto 1.** da OD:

- Deu ontem entrada na Comissão um requerimento do Grupo Parlamentar do PS, para audição do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, para que possa prestar esclarecimentos sobre a redinamização do Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora e a expansão dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante.

Concedida a palavra ao Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para apresentação da iniciativa, procedeu este à apresentação e fundamentação do Requerimento, sublinhando tratar-se de um momento para efetuar um balanço acerca do grau de materialização de medidas que haviam sido focadas em anteriores audições regimentais.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** para manifestar a sua concordância face ao Requerimento, tendo proposto abrir o âmbito da audição às demais matérias relevantes para as comunidades portuguesas no exterior. Acrescentou que, por motivos de agenda, não seria conveniente que esta audição viesse a ocorrer anteriormente a 11 de outubro.

Interveio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** para igualmente concordar com a referida audição. Solicitou que, além da matéria elencada no Requerimento, pudesse ser também abordada a questão da execução do Programa Social de Emergência para a Venezuela, que o Senhor Secretário de Estado havia anunciado na última audição regimental.

Retomou a palavra o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para aceitar o alargamento temático da audição, conforme as solicitações do PSD e CDS/PP.

Interveio o Senhor **Presidente** para propor a alteração do título da audição, contemplado o alargamento do respetivo âmbito.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para mencionar que o alargamento do título não deve prescindir, porém, da referenciação direta aos temas a abordar.

Interveio o **Deputado José Cesário (PSD)** para informar que o PSD indicará posteriormente os temas que, em concreto, pretende ver abordados.

Posto à votação, o Requerimento foi aprovado por unanimidade.

- O Grupo Parlamentar do CDS-PP apresentou, igualmente no dia de ontem, um Requerimento para que seja promovida uma audição conjunta com a 1.ª Comissão, no sentido de ouvir a direção da Fundação Ajuda à Igreja que Sofre (AIS), sobre a degradação dos direitos humanos e liberdades civis dos cristãos em África e no Médio Oriente.

Presente na sessão para apresentação do Requerimento, explicou a Senhora **Deputada Ana Rita Bessa (CDS/PP)** os fundamentos da audição requerida.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** para concordar com a audição requerida e questionar sobre o modelo a adotar.

Interveio a Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)** para concordar com a realização da audição e propor que a mesma se realize no formato Mesa e Coordenadores.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** declarando que o seu Grupo Parlamentar se irá abster na votação deste Requerimento. Embora não se oponha à audição requerida, chamou a atenção para o precedente que assim se abriu, relativamente a outras entidades que apresentem pedidos de cariz idêntico.

Interveio o Senhor **Presidente** para lembrar e introduzir no objeto da presente apreciação, o convite a estender aos Deputados da 1.ª Comissão que entendam estar presentes.

Posto a votação, o Requerimento foi aprovado por maioria, com votos a favor de todos os Deputados presentes e a abstenção do PCP.

- Chegou à Comissão um pedido de audiência da CGTP - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses e da OUSA - Organização Sindical de Unidade Africana. Irá estar em Portugal uma delegação de 3 dirigentes da OUSA que desejam reunir com a Comissão no dia 20 de outubro, pelas 14h00, para poderem conhecer a especificidade da situação política, económica e social do nosso país e a sua cooperação com África.

Sobre este tema, interveio o Senhor **Presidente** para propor que a presente audiência decorresse no formato de Mesa e Coordenadores.

Posta à votação, a proposta de realização desta audiência no formato indicado, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

- O Senhor Presidente informou-se a Comissão que está agendada a sessão de debate na especialidade no âmbito do O.E. como o Senhor MNE para o dia 8 de novembro (3.ª feira), pelas 15 horas.

Ponto 2.

Relativamente a este Ponto da OD, foram lidos os requerimentos e bem assim, os projetos de parecer da Comissão, relativos às deslocações a Cuba, Colômbia e Brasil, os quais foram aprovados por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 3.**, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para apresentação do seu Parecer alusivo à Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, a COM (2016)117. Assim, começou por situar e enquadrar normativa e genericamente a iniciativa, aludindo, de seguida, à estrutura formal e ao conteúdo da mesma, em particular. Considerou que os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos não estão adequadamente acautelados pela Comunicação, dada a possibilidade de dados pessoais protegidos de cidadãos europeus poderem migrar para bases de dados externas à União, designadamente norte-americanas. Concluiu, referindo que, dada a matéria em causa, o Parlamento português deve acompanhar atentamente os futuros desenvolvimentos de medidas relacionadas com a presente iniciativa e dela decorrentes, assim dando por concluído o escrutínio da 2.ª Comissão relativamente à presente iniciativa, devendo o presente Parecer, nos termos da Lei nº 43/2006 de 25 de agosto de 2006, ser remetido, para os devidos efeitos, à Comissão de Assuntos Europeus.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para felicitar a Autora pelo seu Parecer, lembrando o caso “Snowden” e a forma como as relações entre a Europa e os Estados Unidos foram abaladas.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 4.**, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares** para apresentação e discussão do Relatório resultante da sua participação no Seminário Parlamentar Lusófono sobre a ratificação e implementação do Tratado sobre o comércio de armas, ocorrido entre 18 e 19 de julho passados, em Cabo Verde. O qual pode ser consultado integralmente [aqui](#). Referiu, porém, que esta iniciativa levada a efeito por uma Organização não-Governamental, deveria ter sido assegurada pela própria CPLP _ para mais em matéria relativamente à qual Portugal é, enquanto legislador, país pioneiro _, na medida em que agrupou, apenas, representações de Estados que são seus membros. Salientou existir diferenças de abordagem, práticas e interesses dos diferentes Parlamentos dos países participantes relativamente a esta matéria.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para felicitar o Autor do Relatório pela participação e trabalho efetuados, tendo salientado a importância de se indagar em que áreas pode a CPLP melhorar o seu espectro de intervenção e trabalho.

Interveio o Senhor **Presidente da Comissão** para felicitar o trabalho realizado pelo Autor em área de enorme importância.

Passados ao **Ponto 5. da OD**, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas:

- **Proposta de Resolução n.º 20/XIII/2ª** - Aprova o Acordo de Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Confederação Helvética, por outro, sobre os Programas Europeus de Navegação por Satélite, assinado em Bruxelas, em 18 de dezembro de 2013, atribuída à Senhora deputada Lara Martinho (PS);
- **Proposta de Resolução n.º 21/XIII/2ª** - Aprova o Protocolo adicional à Convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina, relativo à Investigação Biomédica, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 25 de janeiro de 2005, atribuída ao Senhor Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD);
- **Proposta de Resolução n.º 22/XIII/2ª** - Aprova o Protocolo Adicional à Convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina, relativo à Transplantação de Órgãos e Tecidos de Origem Humana, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 24 de janeiro de 2002, atribuída ao Senhor Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD);

Relativamente a estas duas últimas iniciativas, interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para questionar se as mesmas não deveriam ter sido distribuídas à Comissão Parlamentar de Saúde.

Interveio o Senhor **Presidente**, relembrando que a competência para a distribuição das iniciativas cabe ao Senhor Presidente da Assembleia da República, sem prejuízo de a Comissão, querendo, poder deliberar sobre a emissão de parecer à Comissão de Saúde.

- **Proposta de Resolução n.º 23/XIII/2ª** - Aprova o acordo entre a República Portuguesa e a República da Moldava sobre Transportes Internacionais Rodoviários de Passageiros e Mercadorias, assinado em Lisboa, em 28 de maio de 2014, atribuída à Senhora Deputada Joana Lima (PS);

Relativamente ao **Ponto 6.**, a apreciação da Ata em apreço foi adiada para a sessão seguinte.

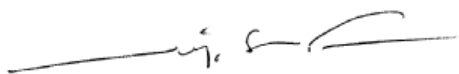
Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Vice-Presidente** declarou encerrada a reunião pelas dezassete horas e cinquenta minutos.

A presente reunião possui registo áudio integral, consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIILEG/2SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160927.mp3

Palácio de S. Bento, 27 de setembro de 2016

O Presidente da Comissão



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Carlos Páscoa Gonçalves
Domicilia Costa
Filipe Lobo D' Ávila
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
Joana Lima
Jorge Moreira da Silva
José Cesário
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Carla Cruz
Fernando Jesus
Hugo Costa
Maria Augusta Santos
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves
João Oliveira
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 02/11/2016.